

DEBATER
A EUROPA

15

jul-dez 2016

PORTUGAL E A EUROPA.
30 ANOS DE INTEGRAÇÃO
*PORTUGAL AND EUROPE.
30 YEARS OF INTEGRATION*

A Problemática do Desenvolvimento Regional em Portugal

Manuel Lopes Porto, PhD

Professor Aposentado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Professor da Universidade Lusíada

Consultor da SRS Advogados

E-mail: mporto@fd.uc.pt

Resumo

Neste ensaio o autor dá a conhecer a problemática do desenvolvimento regional em Portugal.

Palavras-chave: Portugal; União Europeia; Desenvolvimento Regional

Abstract

In this essay the author unveils the problem of regional development in Portugal.

Keywords: Portugal; European Union; Regional Development

Ao procurar ver-se o que foi mudando no país ao longo dos últimos quarenta anos, importa que se analise a problemática do desenvolvimento regional.

Temos sem dúvida motivos vários e importantes de congratulação com a evolução ocorrida em muitos domínios, designadamente no domínio político, com a conquista das liberdades; mas infelizmente não podemos deixar de estar desgostosos com o agravamento dos desequilíbrios regionais que tem vindo a verificar-se, mesmo durante o período em que Portugal se aproximou da média da União Europeia, até à primeira década deste século.

No campo institucional, temos a situações de não se ter concretizado algo que estava previsto na Constituição da República desde o início, em 1976, a instituição de regiões administrativas no Continente. Apenas nas áreas insulares se avançou com a

criação de regiões, as Regiões Autónomas, com resultados bem à vista, com a sua “força” a terem as mais altas taxas de crescimento no nosso país: tendo no período entre 1997 e 2007 o crescimento médio do PIB sido de 4% na Região da Madeira, de 2,6 % nos Açores, de 2,5 % no Algarve e na Região de Lisboa, de 2,2 % na Região Centro, de 1,8 % no Norte e de 1,6 % no Alentejo (tendo o crescimento médio no país sido de 2,1 %)

Não se avançou com a regionalização no Continente quando se abriu tal oportunidade, tendo sido negativo o resultado do referendo realizado, em boa parte por se ter apresentado à votação um mapa incorrecto; e há que reconhecer, com mágoa, que a hipótese de haver um resultado favorável num outro referendo que venha a ter lugar, mesmo em relação a um mapa correto, vai-se desvanecendo com a concentração de população nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, que não querará perder os privilégios de que disfruta aqui, com legislação e políticas diferentes das do “resto do país” (sendo de referir sempre, a par de outros casos, o pagamento dos défices dos transportes colectivos destas áreas por todos os cidadãos do país, incluindo os cidadãos mais pobres das áreas mais desfavorecidas, o que não acontece em relação a todos os demais centros urbanos, que cuidam só por si dos seus transportes urbanos).

Uns anos atrás poderá ter-se julgado que iniciativas institucionais que tiveram lugar levariam a um crescimento mais equilibrado e maior do conjunto do nosso País. Se assim tivesse acontecido, ficariam satisfeitos todos os que, querendo verdadeiramente um maior desenvolvimento para toda a população, com o aproveitamento de todos os recursos nacionais, mas têm receio “político” da regionalização, receio de alguma desagregação nacional; tratando-se todavia de um receio totalmente infundado em Portugal: os exemplos dos Açores e da Madeira, apesar da sua distância geográfica, estão bem à vista, com os seus cidadãos a sentirem tão portugueses como os do Continente.

Estaria em tal linha, de alternativa à criação de regiões, o que foi feito a nível das agora designadas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regionais. Vindo na sequência das Comissões Consultivas regionais criadas em 1969, com o objectivo básico de contribuírem para a preparação do 4º Plano de Fomento, depois de 1974 passaram a ter, para além das funções de análise e planeamento, funções igualmente da maior importância de apoio autárquico (cooperando com o poder autárquico entretanto instituído), de ordenamento do território (incluindo o urbanismo) e de preservação e promoção do ambiente. Com especial relevo, desde o período da pré-adesão têm vindo

a ter tarefas da maior importância na justificação e no encaminhamento dos fundos da União Europeia.

É todavia bem claro, tendo-se em conta a experiência de descentralização dos países mais equilibrados e mais eficientes da Europa, que tem sido a ausência de uma verdadeira “força regional”, capaz de impedir o reforço do centralismo, a levar a que o sonho de um maior equilíbrio no nosso país esteja a desvanecer-se. Os números não “mentem”, evidenciando pelo contrário a acentuação das desigualdades territoriais, que impedem um crescimento maior do todo nacional, com concentrações delapidadoras de recursos (segundo cálculos da Comissão Europeia, os custos dos congestionamentos urbanos, com demoras, gastos energéticos e poluição, representam) e o não aproveitamento de todas as potencialidades do país.

Assim tem vindo a acontecer ao nível das NUT's II, das áreas das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regionais: com a diferença entre o PIB *per capita* da região mais favorecida, a Região de Lisboa e Vale do Tejo (com 87,4 % da média da UE-15) e a região então mais desfavorecida, a região dos Açores (com 49,2 % da média da UE-15), a agravar-se de 38,2 pontos percentuais em 1993 para 47,0 em 2004 (sendo neste ano já a Região Norte a região mais desfavorecida, com 58,8 % da média da UE-25, e tendo a região de Lisboa 105,8 % desta média) e para 48,8 em 2009 (com a Região Norte a ter 63,6 % da média da UE-27 e a Região de Lisboa 112,4 %). Mais recentemente, em 2013, verificou-se uma pequena atenuação no diferença dos PIB *per capita*, para 45, entre a região mais pobre, a região Norte, com 62%, e a região sempre mais rica, a região de Lisboa, com 107 %, mas não deixa de ser uma diferença muito grande, num país com a dimensão do nosso; e são também muito grandes as diferenças nos demais indicadores, por exemplo nos níveis de poder de compra.

Trata-se todavia de indicadores que expressam só parte da realidade, tendo vindo a acentuar-se o fosso entre o litoral e o interior, com consequências naturalmente na perda acentuada de população da generalidade dos municípios desta área, especialmente a favor das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto; com o “interior” do continente português, um interior correspondendo a mais de 80 % do território, que tinha ainda em 1950 34 % da população do País, a ter em 2011 18 % e previsivelmente 16 % em 2040 (menos de 14 % da população do Continente...), quando o litoral terá passado de 59 % da população em 1950 para 79 % em 2040 (bem mais do que quatro quintos da população do Continente); sendo por seu turno sintomático que as Regiões Autónomas deverão manter em 2040 os 5% que tinham em 1981 (cfr. Eduardo Anselmo Castro,

José Manuel Martins e Carlos Jorge Silva, *A Demografia e o País*, Gradiva, Lisboa, 2015, pp. 27 e 29).

Assim acontece num espaço, o espaço da União Europeia, em que é especialmente clara a diferença de resultados entre países com equilíbrio territorial e países de grande centralização. São paradigmáticos a este propósito, no primeiro sentido os casos da Alemanha, da Suíça e da Holanda, o primeiro destes países com o maior superávit do mundo, de 301,1 milhares de milhões de dólares na sua balança de pagamentos correntes (acima do da China, de 293,5 milhares de milhões), seguindo-se na Europa a Suíça com 71,9 milhares de milhões e a Holanda com 62,0 (cfr. *The Economist*, de 2 a 8 de Julho de 2016, p. 80) constatando-se que são países com uma rede equilibrada de centros urbanos, só Berlim – e por razões históricas – tendo uma dimensão populacional superior à das áreas metropolitanas de Lisboa ou do Porto, e no segundo sentido o modelo grego, com uma enorme concentração em Atenas e um nível de despesa pública a nível regional e local próximo do nosso, entre os três mais baixos na União (a par de Malta),um nível de despesa a uma distância enorme do que se verifica nos países mais desenvolvidos, mesmo países de pequena dimensão (muito menor do que a nossa). Mas não pode deixar de referir-se também por exemplo que o Reino Unido, com a sua “Grande Londres” (e outras vantagens, que não é preciso recordar), tem na sua balança corrente um défice de 146,9...

Está em causa, pois, optarmos pelo modelo da Alemanha e de outros países com grande êxito na Europa, como é o caso da Holanda, ou pelo modelo grego. No meu caso, não tenho dúvidas, verificando-se ainda que grande parte da dinâmica económica da Alemanha não está no litoral, está bem no interior. Poder-se-á dizer que se trata de um interior perto dos mercados. Mas no caso português também é o interior que está mais perto dos principais mercados para onde exportamos, os mercados europeus, desde logo o mercado espanhol, para onde vai quase um quarto das nossas exportações, seguindo-se a França e a Alemanha, países com os quais há muito movimento terrestre de mercadorias, com mercados de destino mais perto do nosso interior do que do nosso litoral.... Há aliás em Espanha cidades do interior, como são os casos apenas a título de exemplo, de Badajoz e de Leon, mais no interior (alguns quilómetros...) do que as do nosso interior, o que não impede que sejam bem mais populosas e dinâmicas do que as nossas Elvas (da minha origem materna, vejo-o com pena...), Portalegre ou Bragança. Pode aceitar-se pois que continuemos a abandonar o nosso interior?

Artigo Recebido a 12 de julho de 2016 | Aceite a 09 de outubro de 2016